

PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRES.

PRUDENTE-SP

Alberto A. Gomes (FCT/UNESP); Silvia A. Rodrigues (UFMS/CPAN); Andréia G. Pinto (FCT/UNESP); Jéssica S. E. Munhoz (FCT/UNESP)

Eixo 08 – formação de professores e avaliação institucional

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Profissão Docente em Pres. Prudente: representações sociais, trabalho docente e políticas de formação” em desenvolvimento pelo GPDFIRS da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP). O objetivo geral da pesquisa é mapear o perfil dos profissionais da Educação Infantil e Séries/anos Iniciais do Ens.Fundamental da Rede Municipal de Pres. Prudente e diagnosticar as condições de formação e atuação dos docentes neste município. Para levantamento de dados, inicialmente aplicamos um questionário com questões fechadas, que objetivavam traçar o perfil social, econômico e acadêmico dos profissionais, e questões abertas relacionadas às representações e expectativas dos sujeitos em relação à Profissão Docente, bem como conhecimentos e práticas dos mesmos em relação à formação continuada. Em resultados preliminares podemos constatar que os atuais professores da Rede Municipal de Pres. Prudente são do sexo feminino (98%); casadas (67,3%), cursaram o Magistério (57%), oriundos da Escola Pública (91%); no entanto dos 94,1% que cursaram Ensino Superior, 62,2% são do Ensino Particular; analisando os dados referentes à escolarização dos pais desses sujeitos, podemos constatar que nossos profissionais são a primeira geração de sua família a cursar o Ensino Superior, sendo que tantos os pais (60,4%) quantos as mães (51,5%) tiveram seus estudos até a 4ª série do Ens.Fundamental.

Palavras-chave: Formação de Professores, Educação Básica, Identidade Profissional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Profissão Docente em Presidente Prudente: representações sociais, trabalho docente e políticas de formação”, em desenvolvimento pelo Grupo de Pesquisa “Profissão docente: formação, identidade e representações sociais” – GPDFIRS, vinculada à linha de pesquisa “Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores” do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.

A investigação tem como objetivo geral mapear o perfil dos profissionais da Educação Infantil e Séries/anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Presidente Prudente e diagnosticar as condições de formação e atuação dos docentes neste município.

Segundo Leite et al. (2010, p. 105);

O conhecimento da realidade dos sistemas municipais de educação – e de seus professores – significa uma exigência que se coloca de forma premente, uma vez que esse conhecimento é pressuposto para qualquer intervenção qualificada a eles direcionada.

Assim, a opção metodológica está fundamentada numa abordagem qualitativa, e se caracteriza como estudo de caso, visto que procuramos analisar uma unidade profundamente, e observar detalhadamente um contexto (BOGDAN e BIKLEN, 1994; TRIVIÑOS, 1995). A investigação, estruturada em dois grandes eixos: trajetória profissional de professores e políticas públicas para formação de professores, adota como instrumento de coleta de dados para as diferentes etapas da pesquisa: análise documental, questionário e entrevistas com roteiros semi-estruturados.

Cabe dizer que nos limites deste texto apresentaremos apenas os dados gerais que caracterizam o perfil dos profissionais que atuam na educação pública, em âmbito municipal, na cidade de Presidente Prudente-SP.

ALGUNS DADOS SOBRE REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Presidente Prudente está localizada na região da Alta Sorocabana¹ do estado de São Paulo, contando com um número de aproximadamente 200.000 habitantes. A população escolarizável é atendida por 64 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 82 estabelecimentos de Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos) e 32 estabelecimentos de Ensino Médio. A Educação Infantil e o 1º ciclo do Ensino Fundamental são atendidos pela rede municipal de educação.

A Rede Municipal de Educação conta atualmente com 232 professores de Educação Infantil, 357 professores de Ensino Fundamental além de 462 Auxiliares de

Desenvolvimento Infantil (ADI), atualmente nomeadas Educadoras Infantis, de acordo com novo Plano de Cargos e Salários implantado pelo município.

Para identificar quem são estes profissionais foi utilizado questionário, composto por 40 questões (fechadas e abertas), que foram respondidos por professores de Educação Infantil, Series/Anos iniciais do Ensino Fundamental, Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, além dos Gestores (Diretores e Orientadores Pedagógicos), perfazendo um total de 900 sujeitos².

Os dados quantitativos apresentados a seguir, foram tratados no software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences); e para melhor a organização dividiremos a exposição em dois tópicos: perfil socioeconômico; trajetória escolar e profissional.

a. Perfil socioeconômico

No que diz respeito à faixa etária, nos deparamos com uma população de profissionais relativamente jovens (Tabela 1), pois além de tratar-se de uma Rede de Ensino relativamente nova, foi constituída em (1986), o processo de municipalização do ensino que resultou na expansão do quadro de profissionais de ensino iniciou-se no ano de 1996.

Sobre a municipalização, segundo Caravina (1996, p. 15),

[...] o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP), tendo como objetivo reduzir sua participação na oferta do ensino fundamental público estadual, instituiu o *Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Municípios* através do qual celebrava convênios com prefeituras realizando a transferência, para os municípios, de prédios e equipamentos escolares, pessoal docente e técnico-administrativo, recursos financeiros e matrículas das primeiras quatro séries.

Portanto, pode-se observar na Tabela 1 (logo abaixo) que, de um total de 495 professores, 271 sujeitos estão na faixa etária entre 21 e 40 anos, e de 294 ADIs, 144 sujeitos estão nesta mesma faixa etária. Se cruzarmos essas informações com os dados da Tabela 10, observaremos que 60% desses profissionais têm até 15 anos de experiência como profissional da educação.

TABELA 1 - FAIXA ETÁRIA:

Faixa Etária	Cargo		Total
	Professor	ADI	
21-25	24	23	47
26-30	65	18	83
31-35	87	47	134
36-40	95	56	151
41-45	91	61	152
46-50	66	50	116
51-55	45	26	71
56-60	19	13	32
(+) 60	3	0	3
Total	495	294	789

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

Por outro lado, predominam profissionais do sexo feminino (99,1%), com percentual ínfimo de profissionais masculinos (0,9%), o que nos permite relacionar isso com a tradição de reservar às mulheres esta fatia do mundo do trabalho. Segundo Ferreira Junior e Bittar (2006, p. 1162), “A conjugação entre perfil feminino e padrão de ensino seletivo era um dos traços dos “anos dourados” da educação brasileira, cujo auge foi exatamente a década de 1960”.

Embora os autores refiram-se aos anos 1960, podemos sugerir que esta tradição permanece e continua prevalecendo a forte presença feminina na profissão. Esta característica coincide com os dados nacionais divulgados pelo relatório da UNESCO³:

O primeiro dado que salta à vista na tabela 6.4 é a feminização da docência: 75,4% dos estudantes são mulheres. Como é sabido, este não é fenômeno recente. Desde a criação das primeiras escolas normais, no final do século XIX, as mulheres começaram a ser recrutadas para o magistério das primeiras letras. A própria escolarização de nível médio da mulher se deu pela expansão dos cursos de formação para o magistério, permeados pela representação do ofício docente como prorrogação das atividades maternas e pela naturalização da escolha feminina pela educação. Forte determinante da entrada da mulher no mercado de trabalho, a carreira do magistério expandiu-se por meio de um padrão altamente segmentado do ponto de vista do gênero, seja em relação a outras carreiras, seja com respeito à própria carreira docente, a qual durante muitas décadas reservou aos homens as funções de mando nos sistemas educativos (direção e supervisão), enquanto as mulheres ficaram restritas às salas de aula. Predominantes especialmente no magistério das séries iniciais do ensino fundamental e da educação infantil, as mulheres constituem igualmente a maioria absoluta dos estudantes de Pedagogia: 92,5% na atualidade. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 161-162)

TABELA 2 – LICENCIADOS SEGUNDO O SEXO – ENADE, 2005

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
Pedagogia	2.939	7,5	36.420	92,5	39.359	100,0
Biologia	4.911	27,7	12.807	72,3	17.718	100,0
Física	2.024	71,3	816	28,7	2.840	100,0
Geografia	4.337	45,9	5.122	54,1	9.459	100,0
História	6.779	43,5	8.808	56,5	15.587	100,0
Letras	6.661	17,2	32.109	82,8	38.770	100,0
Matemática	4.237	45,5	5.083	54,5	9.320	100,0
Química	1.799	45,6	2.149	54,4	3.948	100,0
Total	33.687	24,6	103.314	75,4	137.001	100,0

FONTE: Gatti & Barreto (2009, p. 162)

Considerando a combinação idade *versus* tempo de serviço, acrescentando a situação civil dos sujeitos pesquisados, percebemos que mais de 60% das profissionais da educação são casadas. Isso confirma que se trata uma população em meio à constituição da carreira profissional e na consolidação da vida pessoal.

TABELA 3 – ESTADO CIVIL

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Valid	Solteiro	158	19,2	19,3	19,3
	Casado	544	66,0	66,4	85,7
	Divorciado	65	7,9	7,9	93,7
	Viúvo	26	3,2	3,2	96,8
	Outro	26	3,2	3,2	100,0
	Total	819	99,4	100,0	
Missing	99	3	,4		
	System	2	,2		
	Total	5	,6		
Total		824	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

Ao considerarmos as características dos pais dos sujeitos pesquisados, constatamos que se trata de profissionais oriundos de famílias de baixa escolaridade predominando o ensino das séries/anos iniciais, ou seja, famílias com até quatro anos de escolarização. Além disso, observamos percentuais ínfimos de pais que chegaram a ensino superior. Ou seja, são profissionais oriundos de famílias de pouca tradição de escolarização. (Tabelas 4 e 5)

Sobre este fenômeno, podemos tecer algumas considerações acerca da mudança do perfil do profissional da educação rumo à proletarização. Segundo Ferreira Junior e Bittar (2006, p. 1.162)

Se no passado os professores da escola pública brasileira provinham das classes médias e altas, a situação atual é bastante distinta [...] No caso brasileiro, entretanto, a proletarização do professorado não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que a antiga categoria possuía, ou seja, a velha formação social composta de profissionais liberais – como advogados, médicos, engenheiros, padres etc. – constituía um cabedal cultural ameadado em cursos universitários de sólida tradição acadêmica. Ao contrário, as licenciaturas instituídas pela reforma universitária do regime militar⁴ operaram um processo aligeirado de formação com graves conseqüências culturais.

Reforçando esse aspecto, Gatti & Barreto (2006, p. 166), indicam que número significativo de alunos de cursos de licenciatura são oriundos de famílias de pais analfabetos ou que tiveram freqüência reduzida à escola, o que denota um claro processo de ascensão social e profissional desse grupo geracional que chega à escola como profissionais da educação.

Além da expansão quantitativa das redes escolares e conseqüente ampliação dos quadros profissionais, observamos também uma sucessão de políticas de arrocho salarial dos professores que gradativamente foi afastando potenciais candidatos ao magistério. Em outras palavras, o aumento da demanda por mais profissionais para atender as séries/anos iniciais coincidiu com o desinteresse crescente pela profissão. Por outro, lado o aumento de oportunidades educacionais atraiu para a escola e para as profissões ligadas à educação, segmentos empobrecidos e desfavorecidos da sociedade que historicamente estiveram segregados dos benefícios educacionais e do ingresso profissional neste nicho do mundo do trabalho.

TABELA 4 – ESCOLARIDADE DO PAI

Escolaridade do Pai	Cargo		Total
	Professor	ADI	
Sem escolaridade	54	72	126
1ª-4ª série	304	143	447
5ª-8ª série	57	27	84
EM incompleto	14	5	19
EM completo	48	19	67
ES incompleto	7	2	9
ES completo	16	5	21
Pós-graduação	3	0	3
Total	503	273	776

Fonte: Pesquisa de campo – 2010

TABELA 5 - ESCOLARIDADE DA MÃE

Escolaridade da Mãe	Cargo		Total
	Professor	ADI	
Sem escolaridade	53	75	128
1ª-4ª série	262	141	403
5ª-8ª série	68	27	95
EM incompleto	19	7	26
EM completo	62	21	83
ES incompleto	7	0	7
ES completo	34	6	40
Pós-graduação	4	1	5
Total	509	278	787

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

b. Trajetória escolar e profissional

Quanto à trajetória escolar dos sujeitos da pesquisa, observamos as seguintes características: entre aqueles que responderam ao questionário, predominam os sujeitos oriundos das escolas públicas de Ensino Fundamental - 92%; Ensino Médio – 91%.

Paradoxalmente, dos 622 profissionais que indicaram terem concluído um curso superior (Tabela 6), 426 o fizeram em instituições particulares (67%). Outro aspecto significativo é que 345 sujeitos (42%) – 266 professores e 79 ADIs - informaram a conclusão do antigo curso normal em nível médio.

TABELA 6 – CURSO SUPERIOR

		Curso Superior			Total
		Sim	Não	Em curso	
Cargo	Professor	495	29	2	526
	ADI	127	156	6	289
	Total	622	185	8	815

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

Considerando a condição funcional dos sujeitos da pesquisa que responderam aos questionários, podemos sintetizar estes dados da seguinte forma:

- A população da pesquisa compõe-se de cerca de 520 professores e 290 ADIs;
- Entre os professores, temos cerca de 200 atuando na Educação Infantil 300 no Ensino Fundamental;
- Sobre os professores que atuam na Educação Infantil, 65% deles estão em salas de pré-escola e 35% em agrupamentos de creche.
- Entre as ADIs, aproximadamente 240 atuam em creches e 50 em pré-escolas, tendo ainda uma delas atuando no Ensino Fundamental;

No que diz à situação funcional, a Rede Pública de Ensino de Presidente está composta por:

- 62% de professores efetivos com classe; 23% contratados e 15% de substitutos;
- 90% de ADIs efetivas com classe e 10% de substitutas.

No que se refere à idade em que esses sujeitos adentraram ao mercado de trabalho, temos um numero significativo de 108 professores e 128 ADIs que começaram a trabalhar com menos de 15 anos

TABELA 7 - IDADE QUE COMEÇOU A TRABALHAR

		Idade que começou a trabalhar						Total
		(-) 10	10-15	16-20	21-25	26-30	(+) 31	
Cargo	Professor	15	93	256	100	29	14	507
	ADI	15	113	108	19	13	19	287
	Total	30	206	364	119	42	33	794

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

Acerca do tempo de atuação profissional, Silva (2000) cita os trabalhos de Fuller (1969), Huberman (1992) e Gonçalves (1992) para identificar a existência de fases de desenvolvimento profissional dos professores. Segundo a autora, essas etapas ou estágios se configuram em diferentes e específicas preocupações e motivações para com o trabalho. Apesar da diferença na nomenclatura e no número de estágios identificados pelos autores, podemos sintetizar esta tese da seguinte forma: o professor vai passar os primeiros cinco anos de sua carreira se “firmando” na profissão, “adquirindo experiência”, para então passar os próximos 10 ou 15 anos por uma fase de certa estabilidade; os anos a seguir serão marcados pelo distanciamento e algumas vezes pela lamentação profissional.

A partir destas considerações, podemos inferir que os profissionais da educação inseridos na rede municipal de Presidente Prudente, estão vivendo o período positivo da profissão tendo vista que cerca de 60% deles estão na faixa que está entre os 6 e os 20 anos de atuação (Tabela 8); poderíamos dizer que estão na “zona de conforto profissional”, já adquiriram experiência e vivem o período estável da profissão.

TABELA 8 – TEMPO COMO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Valid (-) 1	10	1,2	1,9	1,9
1-5	69	8,4	13,5	15,4
6-10	128	15,5	25,0	40,4
11-15	103	12,5	20,1	60,4
16-20	93	11,3	18,1	78,6
21-25	84	10,2	16,4	94,9
26-30	16	1,9	3,1	98,1
(+) 31	10	1,2	1,9	100,0
Total	513	62,3	100,0	
Missing 99	311	37,7		
Total	824	100,0		

Fonte: Pesquisa de campo - 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente para Educação Básica tem sido recorrentemente debatida nas últimas décadas, principalmente em função da expansão de oportunidades educacionais no Brasil, resultando na inserção de segmentos historicamente alijados do sistema educativo formal.

Porém, essa difusão da escola de massas pressionou os sistemas de ensino exigindo aplicação de volume maior de recursos ao mesmo tempo em que paradoxalmente, verifica-se a escassez de recursos financeiros face às políticas públicas de contenção de gastos com saúde e educação.

No entanto, este não é um privilégio nacional; Nóvoa (1991) aponta que a profissão docente e o papel que esta desempenha numa dada sociedade acompanha as mudanças e transformações que ocorrem em seu interior em diferentes níveis: culturais, econômicos, etc..

Mas, o que nos diferencia de outros contextos, é que, aparentemente, nunca houve uma preocupação significativa em investir-se em educação como meio de transformação da realidade. (BRASIL, 2002).

Assim, cabe dizer que a tarefa de ensinar sempre constituiu um desafio ao profissional responsável por ela, pois este depara-se, entre outros problemas, com a resistência do outro em aprender, seja por falta de interesse, de capacidade ou mesmo de motivação. Exige-se muito esforço, vontade, e principalmente, muita dedicação para colocar em prática o “*fazer aprender*”.

Desta forma, “aprofundar o conhecimento sobre quem são esses professores constitui condição essencial para que se possam tornar efetivas as iniciativas voltadas à sua valorização e à possibilidade real de que venham corresponder às expectativas neles depositadas” (UNESCO, 2004, p. 19).

Os dados que aqui apresentamos, corroboram os que foram e são apresentados em pesquisas similares (UNESCO, 2004; GATTI; BARRETO, 2009, entre outros), que reiteram as considerações sobre a desqualificação profissional que a categoria docente sofreu nas últimas décadas, seja pela feminização da profissão, pelo descaso das políticas públicas com sua formação e atuação, seja pela democratização do ensino e do acesso à carreira do magistério, este último fato implicando na ampliação das camadas sociais e culturais dos que buscam essa profissão e cuja formação antes de se tornar professor é também precária.

REFERENCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais para Formação de Professores*. 2. ed. Brasília: ME/SEF, 2002.

CARAVINA, M. S. *Impacto da municipalização do Ensino Fundamental público sobre as condições de trabalho dos professores no município de Presidente Prudente – SP*. 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarianização dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set/dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 8 mar. 1999.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. (Coord.) *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

LEITE, Y. U. F. et al. Responsabilidades educacionais dos municípios e compromisso da Universidade com a qualidade da educação: uma experiência em andamento. *NUANCES: estudos sobre Educação*. Presidente Prudente, ano XVI, v. 17, n. 18, p. 101-124, jan./dez. 2010

NOVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*. Porto Alegre, n. 4, p.109-139, 1991.

SILVA, M. O. E. da; *A análise de necessidades de formação na formação contínua de professores: um caminho para a integração escolar*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam*. Pesquisa Nacional. São Paulo: Moderna, 2004.

¹ Com a expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, uma importante forma de penetração e uma via de escoamento da produção cafeeira, a colonização tornou-se mais fácil e rápida. Ao longo da ferrovia

multiplicaram-se os núcleos urbanos, dentre os quais Presidente Prudente cuja origem está ligada a dois coronéis, - os senhores Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes.

² Cabe salientar que os questionários não foram respondidos integralmente pelos sujeitos, o que justifica a discrepância nos totais de sujeitos apresentados nas tabelas.

³ Professores do Brasil: impasses e desafios / Coordenado por Bernadete Angelina Gatti e Elba Siqueira de Sá Barreto. – Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

⁴ Os autores referem-se à Reforma Universitária de 1968 e à Lei 5.692/71 quando foram criadas as licenciaturas curtas e foram redefinidas as áreas de conhecimento para as quais os professores deveriam ser preparados.